

■ LEGISLAÇÃO

Economia estável muda advocacia

Brasil
Cresceu a demanda por assessoria em fusões, privatizações e planejamento fiscal

por Arnaldo Galvão
de São Paulo

A queda dos índices inflacionários, a abertura da economia e o fim de um ciclo de intensa contestação judicial mudaram radicalmente a demanda por serviços de advocacia no Brasil nos últimos dois anos.

A febre de processos repetitivos contra atos do governo, que caracterizaram a década de 80, deu lugar a serviços de assessoria jurídica consultiva, especialmente em fusões e aquisições, privatizações, planejamento fiscal. Além disso, há uma crescente preocupação das empresas com o comércio exterior, direitos ambiental e do consumidor, além de problemas concorrenciais.

Esse processo não só alterou o funcionamento dos grandes escritórios como também permitiu que novas bancas surgissem. Com relação aos novos escritórios a tendência foi mais percebida nos que se dedicaram aos serviços de assessoria nas áreas de concorrência e privatização.

Com vinte anos de idade o escritório Tozzini, Freire, Teixeira e Silva atua em todos os ramos do Direito Empresarial e reconhece que cresceu a demanda por serviços nas áreas do direito societário, principalmente em privatizações de empresas estatais. Além disso, os negócios que envolvem propriedade industrial, direito bancário, meio-ambiente e direito do consumidor são assuntos que cada vez ganham mais importância.

O advogado Ricardo Caiuby Ariani, um dos sócios do Tozzini, Freire, destaca a participação do escritório na assessoria em recentes fusões e aquisições de empresas. A Colgate é cliente do escritório e aguarda uma decisão do Cade sobre a compra da Kolynos. Além desse caso, o Tozzini, Freire teve intenso trabalho nas aquisições do Banco Econômico pelo Excel e do Banorte pelo Banco Bandeirantes.

“O escritório tem uma atuação destacada na auditoria legal que é necessária em processos de privatização, onde fazemos um minucioso levantamento de toda a situação fiscal, trabalhista e ambiental da empresa que será privatizada. “A experiência do escritório nas áreas societária, fiscal e financeira foi importante para sua escolha para participar no consórcio de empresas de consultoria contratado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para preparar a privatização das empresas Usiminas, Cosipa e Petroquímica União”, diz Ariani.

Segundo o sócio do Tozzini, Freire, “os sessenta advogados do nosso escritório devem representar a solução dos problemas do cliente, criando oportunidades de negócios, e antecipando os fatos. Para isso, temos aqui uma estrutura muito boa, com uma rede de computadores interligada com cerca de 50 clientes”.

Também atuando na área de privatizações, o escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, fundado em 1973, tem 38 advogados para oferecer principalmente consultoria legal e planejamento em direito empresarial. “Trabalhamos junto ao grupo coordenado pelo BNDES para a privatização da Companhia Vale do Rio Doce”, informa o sócio Pedro H. Prado Filho.

Um negócio de R\$ 200 milhões envolvendo a aquisição da Companhia de Cimento Portland Paraíso por uma empresa (Ciminas) do grupo suíço Holderbank contou com os serviços de consultoria do Machado, Meyer. Prado lembra que o escritó-

rio tem como grandes clientes bancos estrangeiros que se interessam por aquisições de empresas brasileiras, principalmente no setor de telecomunicações e além disso necessitam da nossa assessoria nas áreas fiscal e societária. “Hoje a atividade do nosso escritório está mais voltada ao planejamento, embora o contencioso ainda seja muito ativo”.

O advogado José Martins Pinheiro Neto, que de São Paulo comanda o maior escritório de advocacia da América Latina, com 140 advogados, diz que ultimamente quem possui empresas familiares foi obrigado a se adaptar a uma nova realidade, onde as forças do mercado determinaram muitas fusões e aquisições de empresas.

Mercosul, globalização e a abertura da economia não surpreenderam os grandes escritórios, que sempre tiveram uma estrutura capaz de atender os casos mais complexos. O Pinheiro Neto Advogados há 25 anos é associado ao “Club de Abogados”, responsável pela cooperação entre 18 grandes escritórios latinoamericanos e man-

tém um atendimento de alto nível para os clientes que investem nos negócios criados pelo Mercosul.

O advogado Orlando Giacomo Filho, sócio do escritório Demarest e Almeida Advogados, de São Paulo, acredita que hoje a grande empresa, um banco geralmente, pode contratar mais de um escritório de advocacia para a defesa de seus complexos interesses. “Mesmo com essa tendência, as grandes indústrias continuam mantendo certa fidelidade, contratando um único escritório de confiança”, conclui.

Giácomo concorda que o Plano Real facilitou o trabalho dos escritórios porque a estabilização da economia permite um planejamento mais eficiente. O escritório Demarest e Almeida registra uma crescente demanda na área do Direito Econômico, pois o momento é propício às fusões e aquisições de empresas. “Atuamos principalmente na área consultiva, mas também nos processos submetidos à Secretaria de Direito Econômico (SDE), ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), no Ministério da

Justiça, e até a fase judicial, diz o sócio do Demarest e Almeida.”

“Os escritórios que oferecem uma boa estrutura, com serviços informatizados e uma biblioteca completa, têm crescido nos últimos anos”, diz Orlando Giacomo Filho. O escritório Demarest e Almeida conta atualmente com oitenta advogados e sessenta estagiários e presta serviços a grandes empresas, como Ford e Goodyear, por exemplo e além de São Paulo, está instalado no Rio de Janeiro, em Brasília e New York.

O advogado Enio Luiz Delollo do escritório Baptista, Carvalho Tess e Hesketh Advogados S/C, de São Paulo, diz que “há uma procura muito grande de empresários argentinos interessados em investir no Brasil, assim como os brasileiros querem investir na Argentina”.

Delollo diz que a legislação brasileira é muito diferente da Argentina e que o empresário estrangeiro tem dificuldade em compreender o nosso sistema tributário, o que causa muita insegurança. “O papel do nosso escritório é auxiliar na compreensão dos problemas brasileiros e aproximar os parceiros na identificação de oportunidades, pois todo o investidor estrangeiro pensa no Brasil como uma porta para o Mercosul”, diz ele. Sobre as aquisições e fusões de empresas, Dalollo esclarece que os quinze advogados do escritório participam diretamente das negociações, não se limitando a prestar uma assessoria estritamente jurídica.

Planejamento fiscal e a busca de alternativas para a redução de custos é a especialidade do escritório Oliveira Neves, Fagundes e Arap-Advogados. O sócio Newton José de Oliveira Neves oferece aos seus clientes uma alternativa para as empresas pagarem menos Imposto Sobre Serviços (ISS). É o que ele chama de “paraísos municipais”, ou seja, cidades que cobram ISS até 50% menor que nas grandes cidades. Neves diz que as medidas provisórias ainda geram demanda no contencioso judicial, mas nada que se compare à época dos governos Sarney e Collor. Hoje, segundo Neves, ainda há muita briga sobre imposto de renda e contribuição ao PIS.

Neves diz que o passivo tributário, elevado por multas excessivas, que podem chegar a 60% do valor que deixou de ser pago, permite uma contestação judicial para questionar os acréscimos. “Hoje é raro encontrar uma empresa sem passivo tributário, por inadimplência, mas as multas inviabilizam a liquidação dos débitos”, disse.